

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

Ilustríssimo senhor Silvio Alves da Rosa  
Presidente da Comissão de Licitações  
Município de Dois Vizinhos – PR

Referência: Pregão Eletrônico Nº 052/2020

JK MATIAS COMERCIO DE VEICULOS EIRELI, com sede na SCIA quadra 15, conjunto 04, lote 11 – Cidade do Automóvel - Zona Industrial – Guará – Brasília - DF – CEP: 71.250-020, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.565.572/0001-13, vem, por seu representante, em com fundamento no inciso XVIII do artigo 4º, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor;

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou inabilitada a empresa JK MATIAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

#### I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Município para o Pregão Eletrônico Nº 52/2020, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo, após a análise da documentação apresentada pela licitante, a Comissão de Licitação culminou por julgar inabilitada nossa empresa, ao arrepio das normas editalícias, sob o seguinte argumento. Ipsis litteris;

Recusa: 20/05/2020 09:17:57: Recusa da proposta. Fornecedor: JK MATIAS COMERCIO DE VEICULOS EIRELI, CNPJ/CPF: 23.565.572/0001-13, pelo melhor lance de R\$ 46.550,0000. Motivo: INABILITADA, DECLARAÇÃO UNIFICADA EM DESCONFORMIDADE COM O ANEXO IV.

Como de forma fundamentada iremos transpor a seguir.

#### II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar a DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ANEXO IV.

A Comissão de Licitação sem maiores considerações, acabou por inabilitar a recorrente, sem analisar de forma pormenorizada que a empresa JK MATIAS ANEXO TODAS AS DECLARAÇÕES solicitadas no edital.

A anexo IV, pede a DECLARAÇÃO OBSERVÂNCIA CONSTITUCIONAL

Se Vossa Senhoria se atentar em nossa proposta na página 3, 1º declaração, fizemos a mesma declaração (Declaração de Menor).

Adiante, dentro do ANEXO IV, vocês pedem a declaração IDÔNEIDADE, em nossa proposta, pagina 3, 2º tópico, fizemos a Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação.

Prosseguindo, vocês pedem que declaremos que e o representante legal da empresa JK MATIAS, em nossa proposta, página 2, declaração "J" lá tem todos os dados do representante legal da empresa e os dados da própria empresa.

Também, o Anexo IV pede que declaremos que não possuímos servidores públicos como sócios da empresa, em nossa proposta, na página 3, temos a seguinte declaração, Declaração Não emprego de Servidor Público, tendo como atendido tal requisito da declaração do anexo IV.

Adiante, vocês também pedem declaração que atendamos a súmula vinculante 13, que de forma correta também está anexa na página 3, primeiro tópico.

Ademais, vocês pedem os contatos da pessoa responsável para fazer qualquer comunicação com nossa empresa, que de forma completa também esta disposta na página 2 item "J".

Pedem também o nome do responsável pela assinatura de contratos, que também está disposto na página 2 item "J" da nossa proposta.

Por fim, mas não menos importante, a Anexo IV solicita a declaração de Sustentabilidade, que fizemos em nossa proposta página 4.

Desta maneira, de forma a dar isonomia na participação dos licitantes, no quesito ao atendimento as normas do edital, como provado de forma pormenorizada, nossa empresa anexou todas as declarações que continham no Anexo IV, cumprindo de forma integral todos os comandos.

Assim sendo, seguimos com os pedidos.

#### III – DOS PEDIDOS

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa JK MATIAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS habilitada para prosseguir no pleito pelo atendimento integral as normas editalícias.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Por fim, que Vossa Senhoria reabra a Pregão convocando o próximo licitante para apresentação da documentação.

Brasília, 25 de maio de 2020.

Nestes Termos  
Pede e espera deferimento

Jonnathan Pinheiro Matias  
CPF: 000.450.571-92  
Diretor Comercial

**Fechar**